

por que (não) uma Análise Transaccional “científica”?

UNAT-BRASIL – União Nacional de Analistas Transacionais
FATEP – Faculdade de Tecnologia Paulo Freire

RIO DE JANEIRO - RJ

JULHO/2010

EPISTEMOLOGIA E CRISE CONTEMPORÂNEA DOS SABERES: por que (não) uma Análise Transacional “científica”?

José Silveira Passos

**UNAT-BRASIL – União Nacional de Analistas Transacionais
FATEP – Faculdade de Tecnologia Paulo Freire**

Resumo:

Este artigo objetiva refletir sobre a Análise Transacional (AT) enquanto teoria e prática clínica e sua inserção na academia, pensando nos princípios epistemológicos em seu arcabouço teórico-prático. Para isso, percorreu-se o esclarecimento sobre os principais conceitos e discussões da epistemologia da ciência clássica, bem como explorou-se a crise da ciência moderna e sua ligação com o contexto sócio-político contemporâneo. Utilizando esta discussão como base, foram propostas questões para reflexão sobre as possibilidades de participação da teoria da AT, dentro da psicologia e da academia, para o fomento de uma ciência emancipatória e participativa.

Palavras-chave: Análise Transacional. Epistemologia. Ciência e Sociedade.

Introdução

Incensada ao mesmo tempo como a encarnação da deusa Razão, como a legítima herdeira das Luzes e o grande florão do Ocidente, sua grande e sagrada missão consistia em revelar progressivamente todos os segredos da Natureza e construir, como profetizara Bacon, o reino do homem na Terra. Sua grande e inalienável vocação: substituir as religiões, as tradições, os mitos e as filosofias a fim de conduzir os homens para a Verdade, o Bem e o Belo. (JAPIASSU, 2005, p.74)

No século XVIII, ou Século das Luzes, surge um ideal de homem e sociedade com uma concepção voltada para o novo, para o futuro e para as finalidades, a partir da idéia de que o uso da razão traria possibilidades infinitas de progresso e bem-estar. No entanto, no início do século XXI, a racionalidade científica parece ter seu lugar de destaque em crise por não ter trazido a abundância e o bem-estar prometidos da forma como se esperava. As instituições

acadêmicas se encontram na crise da ditadura das produções, sendo cada vez mais inacessível à sociedade e a seguimentos profissionais fora dos quadros disciplinares propostos.

É importante entender como se deu este processo, desde a incitação da ciência moderna como salvadora até a crise contemporânea das teorias científicas e da própria prática científica. Este entendimento permite pensar o papel de uma teoria ou uma prática que se propõe a trazer bem-estar, como no caso das várias teorias de intervenção em psicologia clínica.

Compreender o papel de cada uma delas em meio a esta fantasia de progresso, e também a este cenário de frustração humana, exige uma exploração e investigação historicista e epistemológico básica da teoria em questão. Assim, é possível embasar críticas, comentários e digressões sobre o que temos atualmente enquanto teoria científica ou corpo teórico de uma determinada prática clínica.

Para Canguilhem (1990), a historicidade de uma ciência só é possível se ela é considerada como produto institucional, ou seja, vale buscar a história de uma determinada ciência na história das instituições e do contexto que a criaram. A visão de ciência como discurso que pretende ser verdade baseado em parâmetros de certo e errado, segundo o autor, não reproduz ou alcança uma verdade: ela produz uma verdade. E todo conhecimento científico está e sempre esteve vinculado às práticas sociais que dão suporte à sua produção.

Trazendo como objeto de estudo a Análise Transacional como teoria e prática clínica, para compreendê-la enquanto teoria da psicologia e/ou da personalidade é importante conhecer não apenas a história da instituição e dos autores que criaram a AT, mas também o contexto epistemológico desta criação. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar elementos que permitam compreender os conceitos epistemológicos do século XX, que permitiram o surgimento das teorias como a AT e outras afins.

Este estudo é proposto a partir da idéia de que não é um raciocínio supostamente neutro ou uma militância apaixonada que garantirá o respeito e o reconhecimento de alguma teoria ou linha na comunidade e sociedade. O conhecimento e o reconhecimento vêm das críticas e da análise do trabalho

cotidiano, da ética a ele subjacente e, também, das raízes epistêmicas que os alicerçam.

Karpman (2006), ao apresentar dez ameaças para a Análise Transacional enquanto teoria e sistema terapêutico tal como concebeu Eric Berne, coloca entre elas a escassa disponibilidade de material bibliográfico em edições atuais, seletividade dos artigos publicados no Transactional Analysis Journal (TAJ), disputas internas à teoria e políticas institucionais. Mas como primeira ameaça, Karpman destaca a dita necessidade de uma AT mais “séria” e mais “acadêmica”. É por esta questão que inicia-se esta discussão.

Ser científico é o “correto”?

A ciência moderna foi pensada para ser a fonte de conhecimentos verdadeiros e confiáveis, já que os dados colocados por ela seriam provenientes de um método específico e controlado, o chamado método científico de investigação. Viabilizada pela razão e capacidade de raciocínio lógico, a pesquisa seria, portanto, o meio possível de chegar à Verdade. Utilizada a razão e aplicado o método científico de pesquisa, chegar-se-ia a uma verdade última, pré-existente, esperando apenas uma intervenção para ser desvelada. Informações verdadeiras, uma vez descortinadas pela razão, seriam úteis para o bem-estar e o progresso como humanidade.

Esta noção foi fundada dentro de um arcabouço de idéias sociopolíticas denominado *Iluminismo*. Dentro deste sistema, era prezado o racionalismo, a mudança da fé na religião para a fé na razão e na ciência como sua principal mentora, sua principal via. Racionalizar era o que mais libertaria o homem do obscurantismo da Idade Média. A ciência libertaria o homem dos mitos, tornaria mais eficazes suas relações, aumentaria sua liberdade de produtor e consumidor de cultura e conhecimento, ou seja, tornaria o homem um esclarecido, trazendo a ele a luz da verdade (JAPIASSU, 2005).

Ao longo do século XX, segundo Lowy (1992), foi possível perceber que não foi isto o que aconteceu. A ciência virou ideologia, ou então agente de dominação sobre a natureza e sobre os homens, como defendem Adorno e Horkheimer. Ainda temos a crítica de Michel Foucault, que diz que a razão é a

antena na superfície do poder e indutora da docilidade social, ou seja, serve pra ditar regras de certo/errado e controlar os corpos. Percebemos também, como disseram Marx Weber, a modernidade sendo caracterizada pela civilização industrial baseada na economia de mercado, no valor da troca, na racionalidade instrumental, na quantificação e no conseqüente desencantamento do mundo, para o qual a ciência tem contribuído bastante. No pensamento de Walter Benjamin, outro pensador importante do século XX, duas das catástrofes do progresso moderno seriam a exploração destrutiva e mortífera da natureza e o aperfeiçoamento das técnicas de guerra. Podemos ver que ambas estão atreladas ao fazer científico. Haveria uma progressão (não necessariamente um progresso) para a qual a ciência caminharia (LOWY, 1992).

Houve ainda constatações freqüentes de que a chamada pesquisa científica nada tem de neutra ou pura; é cheia de vieses e subjetividades. As relações de poder intrínsecas ao fazer científico longe estão do ideal iluminista de razão pura e de racionalidade científica. A ciência não é democrática ou democratizada. O conhecimento (poder) está restrito na mão de poucos, e muitos ficam de fora, apenas com a possibilidade de "crer" estar sendo ajudados pela ciência.

Enfim, como coloca Fourez (1995) a ciência foi, como a arte e as técnicas, uma grande realização humana. E, entendendo ciência como invenção humana, não fica difícil pensar: existiria de fato essa verdade última e única, ou também o ideal de verdade não é mais uma construção? Seria possível uma multiplicidade de explicações, de referências, de bases e de leituras também para a prática? Deixaria então uma teoria de base de trabalho de ser científica por causa disto?

A crise no meio científico:

O modelo de racionalidade no qual a civilização ocidental se embasou foi severamente abalado pelo processo de crítica da modernidade que ganha vigor no século XX. Em um conjunto de críticas ao modelo racional-científico, insurgidas na década de 1970 dentro da filosofia da ciência, criticaram-se especialmente as crenças na objetividade do conhecimento, na ciência como atividade racional, e a idéia de que existe um método comum a todas as ciências.

Tratava-se de um grupo de pensadores que concordavam que fatores históricos e sociais são determinantes na atividade científica, uma idéia bastante inovadora para a época. A partir de então, vários movimentos foram engendrados fora da filosofia, fazendo a crítica da ciência como um empreendimento racional. Em sociologia, a etnometodologia é um exemplo de movimentos como estes.

O começo da crise se deu com a publicação em 1962 de *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, que propunha críticas ao positivismo lógico, colocando em xeque noções clássicas de ciência, como a idéia de verdade última e progresso científico, retirando ainda a figura do cientista do lugar de independência e neutralidade. A grande inovação de Kuhn foi a substituição da idéia de "teoria" pela idéia de "paradigma", dizendo que a evolução histórica da ciência não foi resultado de refutações teóricas, mas sim fruto de influências extra-científicas, como contexto social, histórico, atuação de grupos relevantes na comunidade científica (KUHN, 1992).

Kuhn (1992) defende as idéias de ciência normal – aquela que está de acordo com o paradigma dominante e aceito academicamente na época – e de revolução científica, quando se muda o paradigma e se muda, por consequência, as idéias científicas que não serviam antes, pois eram ignoradas pelo paradigma vigente e, agora passam a ser notadas. É importante ressaltar: essas idéias já estavam presentes, só eram rechaçadas porque não estavam de acordo com o paradigma vigente. E então, assim, através da mudança de paradigma, a ciência se desenvolveria, segundo Kuhn. Além disso, ele coloca que os paradigmas são incomensuráveis, ou seja, não podem ser comparados, porque explicam os mesmos fatos, mas de modos diferentes, em contextos diferentes, a partir de premissas diferentes. Por isso, não se pode dizer que uma teoria nova refuta a antiga nem comparar teorias entre si.

Com esta discussão, Kuhn inaugura um período na filosofia da ciência no qual se pensa o contexto em que o conhecimento científico é produzido, algo que antes era do ramo apenas da sociologia, que se ocupava em pensar o *ethos* da ciência, sendo o ícone desta análise a obra de Robert Merton, sociólogo funcionalista. Para Merton (*apud* ALVARO E GARRIDO, 2006), existem quatro imperativos institucionais para o desenvolvimento da ciência: o universalismo, princípio segundo o qual todas as afirmações científicas devem ser avaliadas por

critérios neutros e impessoais; o comunalismo, que diz ser a atividade científica cooperativa e seus resultados comunicáveis; o desinteresse na atividade do cientista, ou seja, esta deve estar livre de interesses pessoais e; o ceticismo organizado, princípio segundo o qual os cientistas devem estar abertos a críticas e polêmicas.

Até a década de 1970, a sociologia se ocupava em estudar estes fatores sociológicos sobre o *ethos* da comunidade científica, não se misturando à filosofia da ciência, cuja missão era estudar a lógica de produção do conhecimento científico, dos conceitos e dos instrumentos. No entanto, com as idéias de Kuhn, que questionavam a racionalidade científica, vem à tona a idéia de que o método em si, bem como a validação e a construção do conhecimento científico, são profundamente afetados por este *ethos*, surgindo na sociologia da ciência uma incursão na análise de fatores sociais que determinavam a lógica da produção do conhecimento científico. O que muito interessa ao avaliarmos as nuances do processo de aceitação e validação da Análise Transacional a partir de referenciais de ciência e academia existentes.

Um exemplo do desenrolar destes questionamentos de Merton é o *Programa Forte em Sociologia do Conhecimento*, de David Bloor e Barry Barnes, da Universidade de Edinburgo. A tese principal deste programa era de que a atividade do cientista é influenciada por fatores do contexto social, político e econômico, o que impediria a racionalidade científica tal como foi concebida, como algo neutro, puro e irracional que chegaria a uma explicação pura de fatos e fenômenos (ALVARO E GARRIDO, 2006). Isso quer dizer que, mesmo obtendo dados objetivos e empíricos, estes podem ser interpretados de formas diversas, de acordo com fatores sociais, políticos ou econômicos. A multiplicidade de teorias não derivaria, portanto, da racionalidade científica, e sim das múltiplas influências e formas de interpretação da realidade.

O *Programa Forte* foi considerado uma radicalização das idéias de Kuhn, sendo criticado em sua essência sociológica por não esclarecer que fatores seriam estes e qual o processo de influência na ciência, nem explicar o porquê de algumas crenças científicas serem aceitas em contextos sociais diferentes.

Outras correntes sociológicas também surgidas na década de 1970 se limitaram a descrever as atividades dos cientistas, como a etnometodologia, cujos

representantes hoje são Steve Wooglar e Bruno Latour. A tese principal destes teóricos é de que o conhecimento científico é produzido como qualquer outro tipo de conhecimento humano, e a atividade científica, por sua vez, é regida pelos mesmos princípios de qualquer atividade humana (LATOURE, 1994). De modo geral, a queda do positivismo lógico e a tensão entre subjetivismo e objetivismo criaram um contexto favorável para o surgimento de diversas críticas às metodologias e premissas epistemológicas que as ciências tinham assumido como próprias, desde a instauração de seu projeto iluminista.

Sociedade e ciência: relações contemporâneas de produção e consumo de conhecimento.

Bauman (1999) lança o desafio de pensar o projeto da modernidade na excessiva preocupação em ordenar e classificar as coisas do mundo, a partir dos chamados "critérios científicos". Já que a ciência daria a Verdade, qualquer dado advindo dela tinha seu uso justificado para o progresso da humanidade. Raciocínio simples. Mas que se tornou um dos exemplos de como a ciência pode ser subvertida aos interesses sociopolíticos de qualquer época.

Por exemplo, esta lógica fomentou a jardinagem ou engenharia social, baseada no controle, extinção e seleção populacional. Estas práticas abriram caminhos para os bem conhecidos fenômenos modernos da eugenia, do nazismo e do genocídio, "justificados" pelo suporte científico da exclusão do que sai da ordem e da classificação previstas. Na verdade, a ideologia que se mostra por trás destes processos é a de que colocar ordem é uma questão de poder. Tudo que escapa à definição é subversivo. Entretanto, o que impõe essa definição? No plano intelectual, a deslegitimação do que não é controlável, a execração do senso comum sob o título de crença e o endeusamento do que é dito "científico" (BAUMAN, 1999).

As próprias práticas de jardinagem social não são invenção do nazismo. Já eram discutidas no meio científico desde o século XIX. Bauman (1999) cita várias pesquisas de grandes centros científicos que apoiavam a eugenia. Essas práticas não foram pensadas por monstros, e sim por cientistas renomados, que talvez tenham pecado por não terem se preocupado com a futura aplicação dos seus

estudos. Já no nazismo, instaurado como tal, muitos até se voluntariavam para participar de pesquisas nos campos de concentração. Era a chance de desenvolver um bom trabalho científico. Os resultados eram valiosos, apresentados em grandes congressos. O que hoje é atrocidade, naquele tempo e naquele meio, era algo respeitável porque estava sob o título de ciência. E quem questionava a ciência na idade moderna? "Não tínhamos nenhum escrúpulo; era ciência, afinal (...) se matar deficientes mentais é economicamente saudável e tecnicamente factível, por que não fazê-lo?" (BAUMAN, 1999, p.55)

Esta era (talvez ainda o seja) a forma como a comunidade científica se agrupava e se reconhecia enquanto grupo social, gozando de reconhecimento interno e externo. Reconhecimento não significa apenas a menção honrosa em congressos, mas, na prática, traz poder social, prestígio e apoio econômico. E assim, a emissão da opinião daqueles que detêm o poder da Verdade é cada vez mais quista e valorizada. Afinal, se tem uma opinião que conta, como diz Fourez (1995), é a do cientista, que faz parte de uma comunidade autorizada, que transmite um saber autorizado. E o que está fora deste contexto de autorização (leia-se: poder), o que está fora da academia não tem valor ou perde o interesse, porque não tem o reconhecimento intra nem extra institucional. Estas relações longe estão de refletir uma prática pura e objetiva, como diriam os iluministas.

E como funciona a instituição da ciência, a academia, ou os centros de pesquisa? Latour (2001) traz a idéia de um circuito de fatores sociais pelo qual se operam as pesquisas e o fazer científico. Este autor propõe um modelo que chama de "sistema circulatório dos fatos científicos", que mostra como o cientista deve dar conta de uma série de fatores que não são puramente conceituais e não tem a ver com o método científico de apuração de dados objetivos, racionais e neutros.

A prática científica é, para Latour (2001), um nó, cujo centro é o conhecimento conceitual ou tecnológico em si, o que é, a princípio, almejado pelo cientista, mas que se encontra imbricado com outras instâncias com as quais ele tem que lidar diariamente em seu trabalho, tanto quanto com o próprio conhecimento conceitual em si. São elas:

Os instrumentos de mobilização no mundo: é necessário considerar, na produção científica, os instrumentos e equipamentos disponíveis para a pesquisa,

bem como as expedições, o trabalho em campo, os levantamentos, todo o maquinário que viabiliza uma metodologia de estudo, cuja disponibilidade depende dos outros itens do circuito. Um cientista deve ter recursos não-humanos a sua disposição, mesmo porque é por estes instrumentos que chega ao público (acadêmico ou não) a chamada imagem de cientificidade de dado conhecimento.

A relação de autonomização entre os “caros colegas”: diz Latour (2001, p.120), “para convencer, o cientista precisa de dados, mas também de alguém a ser convencido!” O conhecimento científico só ganha notoriedade se despertar o interesse dos colegas que, amigos ou inimigos, sem dúvida são fonte de validação de pesquisas e produções. Os institutos, as associações, as congregações, os clãs acadêmicos são fundamentais para que a ciência avance, porque é dentro deles que se critica, se debate e se avança. É fundamental também que haja pessoas igualmente qualificadas para esta discussão. Um especialista isolado é um paradoxo (sorte ou azar da pós-modernidade, que produz especialistas em escala industrial, ainda que sem muito poder de crítica?).

Alianças: os grupamentos de cientistas não seriam o suficiente se não houvesse alianças “extra-acadêmicas” para sustentá-los. Atrair interesses de instituições outras, do governo, da política, da economia, para manter a máquina da produção acadêmica funcionando é fundamental, e é a realidade cotidiana de todo cientista (muitas vezes mais até do que o laboratório). As alianças são a forma do cientista de garantir a continuidade da existência de seu fazer científico, de suas pesquisas e de sua produção.

Representação pública: é fundamental pensar que toda a agitação científica, principalmente pela forma como são divulgadas as “descobertas” para o público em geral, mexe com o cotidiano das pessoas. A formação das subjetividades é frontalmente afetada pela lógica da ciência, já que esta irá atuar nas crenças e opiniões das pessoas. Talvez este seja um dos campos férteis para a Psicologia na teoria latouriana. O estudo sobre o que as sociedades e o homem pós-moderno pensam sobre ciência, sobre a chamada epistemologia espontânea das pessoas, até que ponto elas confiam na ciência e como verificar a afetação do

discurso científico no cotidiano das relações. Principalmente se pensarmos na tecnologia da informação e da comunicação, veríamos que o nó da circulação latouriana teria fluxo intenso (talvez não intenso em quantidade, mas sim em velocidade) no que diz respeito à relação da ciência com o público em geral.

Assim, temos uma ciência construída e executada por um grupo bem específico de atores e artefatos que, como lembra Fourez (1995), tem suas divisões de trabalho, seus papéis e seus referenciais, como qualquer grupo de trabalho. O autor coloca que a comunidade científica trata-se de um grupo que tem um poder direto e uma tendência a procurar aliados que estejam em conformidade com o paradigma vigente. Com características de clube fechado, a academia e seus pesquisadores têm algo a vender, e querem compradores. E daí se inserem muito facilmente em uma lógica de produção, venda e consumo de saber. Terão o poder de pronunciar-se sobre tudo e todos – embora tenham pouco poder de intervenção direta – e este pronunciamento, que vai desde uma entrevista em um programa de TV até mesmo o aconselhamento direto de um cliente quando busca seus serviços, terá uma chancela muito importante: a de que “a minha teoria, o meu referencial é científico”, aceito, compartilhado, chancelado ou verdadeiro.

A construção das regras disciplinares e das teorias de mundo que provém deste grupo sob a forma de “evidência” instauram disciplinas, nichos, teorias e paradigmas que servem a gerações, até que seja posta em questão. Apesar de emergirem pouco a pouco do cotidiano, como coloca Fourez (1995), essa origem é necessariamente “apagada”, “esquecida”, para que esqueçamos que um ponto de vista foi selecionado no início e tenhamos a crença de que a verdade que adotamos é a única possível. Só assim é possível alcançar uma objetividade para uma determinada teoria ou paradigma, de forma que todos os outros não sejam adequados e fiquem se esforçando para serem explicados com base ou referência nos primeiros.

Tudo é uma questão de escolha – e existem alternativas, mas depois de feita uma escolha, parece que estas opções nunca existiram. Fourez (1995) coloca que, quando escolhemos um paradigma, adotamos também uma escala de prioridades, cujas decorrências são novas escolhas políticas e econômicas.

Assim o autor coloca a ciência como produção simbólica (nas idéias de objetividade, neutralidade e verdade), mas também, considerando que os pesquisadores se inserem em um circuito social e econômico, a ciência pode ser uma produção cultural, porque se torna o meio pelo qual os homens descobrem ou inventam, a partir de sua produção, a sua própria essência.

Ciência: juíza da verdade ou ré da medicalização e do controle social?

Diante de toda esta discussão, percebe-se o quanto a ciência está em estreita relação com a dinâmica social capitalista em que vivemos. Longe de ser neutra e objetiva, ela vem sendo marcada por políticas e ideologias sociais de mercado e consumo, características do século XX e XXI. As consequências desta visão para a prática científica de hoje incidem diretamente nos processos sociais atrelados a produção do conhecimento científico.

A prática híbrida da ciência, com seus vínculos e nós na visão epistemológica que orientam Latour (2001), tira a epistemologia deste lugar de juíza da validade do conhecimento, já que não haveria sequer uma ciência pura em validade. Sociedade e Natureza são negociados e produzidos no laboratório de acordo com diversos interesses particulares e específicos (raramente é o bem-estar da sociedade) resultando em teorias e conhecimentos científicos. A ciência é, ela mesma, impura por nascimento.

Na sociedade contemporânea, o conhecimento assume um significado especial diante da velocidade de interação, comunicação, inovação tecnológica, dando um caráter competitivo nas relações que envolvem sua produção. Partindo desta premissa e de considerações de Peter Drucker (*apud* BONETTI, 1999), não mais o trabalho, mas sim o conhecimento passa a ser o cerne do processo produtivo, e, conseqüentemente, das relações de poder. Entretanto, o autor ressalta que as relações sociais que se estabelecem em torno da produção continuam sendo o principal fator de inserção social. Cabe pensar, entretanto, que papel tem o conhecimento nestas relações, em especial aquele sustentado pelas instituições que reclamam para si o direito de produzi-lo – a exemplo das instituições acadêmicas – a partir do argumento de que neste espaço o saber é produzido de forma neutra, a ser aplicado em prol do bem-estar humano e social.

A falsa neutralidade da ciência, que se sustentou por décadas, ajudou a manter a imagem de detenção da verdade. Esta máscara se sustentou pelo fato de a ciência ter se desenvolvido em conjunto com a expansão econômica e, conseqüentemente, o caráter ideológico do progresso também influenciou a ciência, de forma que a idéia de racionalidade pode ser associada à forma capitalista de atividades que visam produção, consumo e lucro.

Essa racionalidade implica controle e adoção de procedimentos metodológicos de dominação sobre a natureza das relações sociais. O segmento social que dispõe do saber acaba por ter poder de controle sobre as relações de produção e, conseqüentemente, sobre as relações humanas envolvidas. Desta forma, saber é poder. E o poder de controlar e dominar as relações sociais de produção assume uma natureza excludente, pois quando o Estado se propõe a alterar a base técnica da produção com o discurso de acompanhar o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento, entretanto, não é passado de forma igualitária a todos os segmentos da sociedade que participam do processo produtivo.

Essa dinâmica provoca, naturalmente, um processo de seletividade entre os que sabem, os que sabem e executam e os que somente executam, o que cria e corrobora dualidades positivistas tais como correto e errado, a partir das quais se criam desigualdades e, junto a elas, políticas de homogeneização de conhecimento que, mesmo partindo da premissa da indiferenciação, vêm acompanhadas de processos de seletividade. Ou seja, a lógica do conhecimento passa a ser uma lógica de mercado, marca da configuração das relações sociais e produtivas dos dias de hoje.

Foucault (1999) traz uma visão importante para discutir o conhecimento como ferramenta de poder quando detidas na mão de figuras determinadas, discorrendo sobre a época em que a soberania clássica reinava e o poder se concentrava na figura de um rei. Neste caso, o soberano detinha poder e direitos de vida e morte dos súditos. Quando inserimos o sujeito dentro deste cenário, passa-se ao que o teórico chama de sociedade disciplinar, cuja lógica central é a disciplinarização do corpo, como por exemplo através da medicalização¹,

¹ Medicalização é o processo pelo qual a instituição hegemônica de poder – no caso, a ciência – passa a controlar diversos aspectos da vida social. Por exemplo, quando se cria

invertendo-se a lógica da soberania, sendo mais conveniente para o que detém o poder controlar o assujeitado e fazê-lo viver do que deixá-lo viver.

Nesta passagem à modernidade, a soberania deixa de ser concentrada na figura de um rei e passa a sujeitos ou instituições dentro de um contexto social – e este poder pode ser adquirido e exercido em qualquer instituição, inclusive as acadêmicas e científicas, como no caso dos cientistas e especialistas. Em ambos os casos, gera-se um paradoxo teórico, visto que morte e vida são, a princípio, fenômenos naturais, e não se constituem originalmente em direito político. Dar este direito a um sujeito ou a uma instituição que ocupa um lugar de soberania é destituir o homem de algo que lhe é natural. Na prática, o paradoxo está em que, de fato, o direito deste soberano é sobre o “fazer morrer”, sendo o direito de “deixar viver” consequência lógica do primeiro. Fazer viver (da forma como uma figura de soberania acha que se deve viver) reflete um movimento que, segundo Foucault (1999), envolve ciência, tecnologia e política, cujo esforço se direciona à idéia de que alguém, com determinado poder e conhecimento, é capaz de fazer outro alguém viver da melhor forma possível, através da interferência neste corpo. Como fazer esta máquina humana viver, trabalhar e produzir mais?

A lógica até aqui descrita se torna figura no século XIX justamente pelo auge da industrialização se estende por todo o século XX dentro da lógica moderna de constituição do sujeito disciplinado moderno dócil e útil, ao mesmo tempo em que este sujeito é cada vez mais marcado pelas incertezas da contemporaneidade. O sujeito dotado de razão é uma noção fundamental para que se pense a configuração especial entre saber e poder historicamente demarcada.

Quando o homem torna-se sujeito e objeto da ciência com o nascimento das ciências humanas, falamos deste homem dotado da razão, ainda impregnado do discurso médico e da racionalidade científica moderna, sendo o subjetivo enquadrado, a todo custo, neste molde. O sujeito constituinte passa a ser

uma noção de que a característica personalológica de “ser agitado” é um problema médico e deve ser corrigido pelos instrumentos oferecidos pela ciência. Mesmo exemplo pode ser dado quando se divulga qual a média de relações sexuais normalmente esperadas do sujeito na terceira idade e criam-se mecanismos, como o Viagra, para corrigir “as imperfeições”. O processo de medicalização não é referente à medicação, mas sim à atribuição à ciência e ao saber biomédico o poder do controle de nuances da vida social, como a personalidade que se deve ter e a vida sexual que se deve ter.

constituído por estas formas de poder disciplinares, características da modernidade que classifica e confere poder a lugares simbólicos ocupados por determinadas figuras, como um especialista. Neste sentido, não é o saber de um especialista que produz o poder que ele tem, mas sim o poder que ele detém passa a lhe conferir o status de produtor e executor do saber que faz viver o ser humano.

Mais do que o poder sobre o corpo singular, o indivíduo e suas práticas, foi se tornando necessário, para a manutenção do sistema, uma segunda tomada de poder: o poder sobre a vida, sobre o viver do ser humano enquanto espécie, enquanto massa de corpos *vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos*. Como controlar o viver dessa massa? Nesta relação, é característica a noção de poder onipresente e a internalização das práticas disciplinares por parte de instituições, por exemplo, as instituições do saber, acadêmicas, científicas, e aquelas onde o fazer dos especialistas assume a soberania sobre os corpos, figurada nas técnicas e saberes específicos, como nos hospitais e manicômios (FOUCAULT, 1987).

O elemento que permite que a disciplinarização e a regulamentação funcionem no controle social é a norma. Normalizar, neste sentido, significa tomar posse da vida e do direito de dizer o que é certo ou errado, melhor ou pior pra vida do sujeito. O soberano na ciência determina não somente o *modus vivendi* para o corpo como também para a massa, qual a melhor via para o bem-estar individual e geral, com base em um modelo mecanicista e instrumental do que é ser humano. É a estratégia do biopoder cujas técnicas disciplinares se dirigem ao processo de viver, de nascer, morrer, produzir e adoecer, estando esta lógica fundamentada no desenvolvimento tecnológico acelerado, na velocidade de troca de informações, na sociedade de massa regida pelas relações de consumo (FOUCAULT, 1999).

Mas como administrar algo modernamente produzido sobre os pilares da razão, da verdade e da certeza e sob o signo da detenção do poder na mão de um soberano? Como realizar este feito dentro de uma sociedade que vive na fluidez, na incerteza, na flexibilidade e na desterritorialização? Como o poder pode continuar na mão de um especialista detentor da técnica a responsabilidade de delinear em quais parâmetros devemos viver, sendo que várias formas de vida

nos são possíveis (dentro do rol estipulado pelo controle do biopoder), na época do reinado da liberdade pessoal – e desmoronamento do império da segurança? Qual o papel deste especialista, desta técnica e desta ciência que administra as vidas, mas não as assegura mais, como deveria um bom soberano?

Reflexos da dinâmica científica na Análise Transacional como teoria e prática.

Conforme dito no início deste artigo, o objetivo do mesmo é pensar como este contexto influencia a sistematização e a prática da Análise Transacional hoje enquanto teoria. É preciso ressaltar que as ciências humanas e sociais, nas quais se insere a psicologia e suas diversas teorias, não têm um paradigma único sistematizado, embora seja possível apontar traços que funcionam como marcos paradigmáticos, como o conceito de sujeito e de relação social como determinante de sua formação. Dentro da psicologia, as diversas linhas que convergem e divergem, por sua vez, adotam sistemas e premissas diferentes, o que resulta em um movimento curioso de legitimação de algumas teorias que seriam “mais científicas” e na corrida das outras “não tão científicas” pela tradução e correlação com as primeiras, a fim de angariar (parece que por osmose) alguma legitimidade para si.

Daí decorre que os grandes sistemas de classificação das teorias em correntes, com suas muitas dissidências e intersecções e a preocupação com este desenho, em parte, devem-se à corrida pelo lugar ao sol dentro do referencial científico legitimado, ou seja: aquilo que está na academia. E a Análise Transacional neste contexto? Como teoria tida por uns como dissidência, por outros como convergência e por terceiros como desenvolvimento de uma primeira, é fácil reconhecer em meio às práticas e até mesmo às publicações da área o quanto existe dentro da AT este misto de desejo, ambição, conflito de interesses com seus paradigmas internos. Seguem-se algumas reflexões já desenvolvidas por analistas transacionais para discutir como estas questões aparecem na prática reflexiva sobre a teoria.

Em um artigo publicado recentemente sobre as raízes psicanalíticas da Análise Transacional, Novellino (2004) reconhece a dificuldade em classificar a

AT dentro de linha determinada, como cognitivista, comportamentalista, existencialista, psicanalítica, ou outra qualquer. Segundo o autor, uma grave consequência disto é a de falta de identidade clara da teoria frente às demais e também a carência de "credibilidade profissional". Remetendo-se à Petruska Clarkson, Novellino (2004) cita que a afirmação da mesma de que a AT é psicanalítica, humanista e integrativa, ao mesmo tempo, demonstra para ele uma incerteza epistemológica que levaria às consequências citadas anteriormente. Para outros autores, essa afirmação seria prova da flexibilidade da teoria, justamente por conjugar diferentes paradigmas.

Para Novellino (2004), a dissolução da identidade analítica originária da teoria, junto a outros fatores, como a ampla disseminação da AT pelo mundo em pouco tempo, forçaria a identificação da AT com algumas linhas que não a reconhecem amplamente, por sua vez, como a Gestalt-terapia, a Terapia Cognitiva e Terapia Sistêmica. Na argumentação do autor, o objetivo primeiro de Eric Berne, ao criar a Análise Transacional, era buscar uma forma fenomenológica de psicanálise, objetivo este que foi se diluindo na busca por técnicas (a exemplo de outras escolas consagradas de psicoterapia) e pelo desfocar da questão do *setting* terapêutico, tal como na Psicanálise. É neste desvio de foco que Novellino (2004) cita a questão das influências epistemológicas não intrínsecas necessariamente à teoria, mas que advêm de um contexto mais amplo.

A AT está na linha da psicologia do *self* e das relações interpessoais; porém, é preciso lembrar que as práticas de terapia, mesmo não tendo nascido na academia necessariamente, foram em sua maioria levadas para lá por conta da questão da necessidade de adquirir legitimidade. Uma vez instaladas entre os muros do saber, nas universidades, grupos de pesquisa, teorias das psicoterapias se viram dentro do mesmo sistema medicalizante e político-econômico que cerca a atividade científica. E aí entendemos porque certos autores ficam de fora, ou desempenham o papel de antagonistas na academia.

Então, é possível questionar se em um sistema terapêutico a Verdade está na teoria de base ou no método clínico. Há de se considerar ainda que este método não é único, como pressupõe um paradigma científico, mas existem alguns pressupostos epistemológicos em comum entre várias teorias. O método,

nas ditas "ciências duras", é o fundamental. Já nas ciências sociais e humanas, ele admite alguma variação. Entretanto, é comum encontrarmos artigos que tentam realizar alguma correlação entre as duas, desconsiderando, por exemplo, que os métodos, e até mesmo os paradigmas envolvidos são incomensuráveis.

Em um artigo sobre estruturas cerebrais e Estados de Ego, Hine (2004) faz uma tentativa de aproximar o modelo que acreditamos ser psicossocial a um outro, biológico ou biologizado, de comportamento. Isso é tendência em diversas linhas da psicologia e de outras ciências humanas, em especial facilitado pelo avanço e aceitabilidade do paradigma da neurociência. Muitas destas tentativas ilustram a ilusão da inclusão social científica através das ciências duras, na idéia do "cientificamente comprovado". Como as neurociências já estão inseridas plenamente no ambiente do saber autorizado, é vantagem que se façam estudos comparativos. Estes estudos têm mérito por exercitar a conversa e a tradução entre teorias e sistemas, mas não podemos ignorar que também há a motivação política e social de se fazer esta tradução e não outra, como, por exemplo, entre a AT e a astrologia. Hine (2004) afirma claramente que "o levantamento das bases neurais, uma tendência atual em muitos campos da psicologia, é importante para a Análise Transacional, pois nos conduz de uma psiquiatria social para uma base científica mais consistente" (p.60).

Seguindo pela sua base biologicista, Hine (2004) afirma que "nossa identidade, nosso self, a *essência de quem somos*, não surge de uma forma de cima para baixo ou abstrata, mas como um movimento, passo a passo a partir de *conexões neurais* únicas que nossa própria experiência de vida particular nos leva a construir" (p. 60, grifos nossos). Temos implícita uma teoria biológica do comportamento humano, com idéias de "self sináptico", por exemplo: "Trata-se de uma discussão sobre a *ativação neurológica da qual se origina uma consciência* ou experiência subjetiva de self e o desenvolvimento destas consciências de self através da experiência vivida de cada indivíduo" (p.60, grifos nossos), ou ainda, como na página 78: "Este processo [de coerência entre pensamento, sentimento e comportamento] é muito mais *universalmente biológico* do que foi pensado nos dias de Berne".

Aqui é necessário o esclarecimento sobre dois conceitos da epistemologia que existem desde a época de Kuhn, o de *redução* e o de *explicação*. Segundo Fourez (1995) "se reduz um problema quando só o consideramos de acordo com a tradução do paradigma. Fala-se de 'cientificismo' quando se está persuadido de que a sua redução dá conta de todo o problema" (p.128). Podemos traduzir a fenomenologia do comportamento em neurociência. Mas estaremos reduzindo o fenômeno se considerarmos apenas este aspecto e, ainda, cientificistas quando achamos que o biológico dá conta de toda a explicação sobre o fenômeno. Uma segunda palavra de Fourez (1995) diz: "Fala-se, enfim, de explicação de um fenômeno quando se conseguiu traduzi-lo em um paradigma diferente daquele que se tinha no início" (p. 128). Quando Freud traz a idéia de inconsciente, ele passa a explicar fenômenos de uma forma segundo a qual, antes, não era feita. Isso é uma explicação, mas se tornará uma redução cientificista se nos convenceremos de que é a única perspectiva possível e correta de explicação do fenômeno.

Portanto, não há problemas em explicar, sequer em reduzir ao fazer o paralelo com o biológico como fez Hine (2004), mas a relação de causa e efeito que se estabelece, tal como nos grifos acima, soam como cientificistas, e o cientificismo é uma ingenuidade epistemológica, se considerarmos todas as implicações que discutimos sobre o paradigma vigente. Que todo este discurso é mais *científico*. Mas é preciso saber o que esse adjetivo quer dizer. Não é mais científico porque é certo ou útil para a sociedade, mas sim porque está inserido no esquema político-social-ideológico que herdamos sobre o conceito de ciência. Se, por causa disso, devem ser ignoradas pesquisas do tipo, não cremos que seja o caminho, mas a conscientização epistemológica dos autores em AT sobre as influências que cercam seu discurso e a sua prática, seja ele clínico, de pesquisa, ou institucional, é o diferencial.

Karpman (2006), em um artigo sobre as perdas na tradução do freudiano para o berniano, traz questões referentes ao problema da tradução de termos e práticas entre linhas dentro da própria AT, que envolvem perda de referencial e linguagem comum. Isto é interessante de ser discutido à luz da epistemologia, conforme feito até aqui. Se há problemas de tradução e comparação dentro de um próprio referencial, a intensidade disto aumenta quando extrapola-se a AT

para outras linhas de psicoterapia, como a Gestalt e a Cognitiva, por exemplo. Exige cuidado e consciência epistemológica refinada, conforme recomenda Karpman (2006), incluindo a indicação de que estes debates, inclusive epistemológicos, sejam feitos em linguagem simples, como a AT em sua base propõe, com diagramas claros e exemplos cotidianos, e não em linguagem rebuscada como tem sido feito no Transactional Analysis Journal. De fato, se há uma tentativa de se tornar um periódico reconhecido pela academia, fica difícil adotar a proposta de clareza e simplicidade, porque, para ser científico, é preciso falar uma linguagem específica, restrita aos códigos acadêmicos. E, nesta mudança de linguagem, concordando com Karpman, deixamos de ter uma discussão sobre AT para falar de outra teoria qualquer, pela incompatibilidade da proposta e da linguagem. Colocar os conhecimentos de AT à disposição das pessoas ou da academia? Eis a questão.

Karpman (2006) critica ainda a questão da teoria não refletir a prática porque tende a falar de *self* e *setting* terapêutico como um sistema hermeticamente fechado, que não reflete os mecanismos de manutenção de saúde na vida prática. Esta também é uma questão discutida na epistemologia. No método científico, tudo é controlado, mas na vida real, tudo é influenciado. Mas para ser científico, não se pode abrir mão da fantasia da objetividade. Mais uma escolha a se fazer.

Falando sobre "união e vínculo de venda", o autor faz uma colocação importante no sentido de que o mais importante na clínica em AT – ou qualquer outra intervenção – é fornecer, o mais breve possível, o produto que o cliente pediu, mediante contrato, ao invés de ficar falando em jargões sobre processos transferenciais. Eles devem sim ser conhecidos, mas jamais serem o foco ou objetivo da terapia. Impasses que apareçam neste processo de troca contratual devem ser diagramados e explicados ao cliente em termos de AT, nunca elaborados em jargões e longas supervisões. Na metáfora feita pelo autor, se o cliente pede maçãs, ele deve receber maçãs, ou ter a possibilidade de ir embora e comprá-las em outro lugar. Mas falar da relação terapêutica como relação comercial não é bem visto na ciência, novamente em nome da aparência e do disfarce da existência de questões subjetivas, políticas ou econômicas dentro da atividade que envolve o saber autorizado.

Karpman (2006) insiste na praticidade e no pragmatismo na Análise Transacional, declarando Berne como um pragmático social a partir da declaração deste último citada pelo primeiro: "a realidade é algo que você pode fotografar e gravar", em oposição às correntes mais filosóficas e abstratas. Mas, segundo ele, há um ressentimento dos novos analistas transacionais em não participarem na academia (o que, na década de 60, não era preocupante).

A AT é rica em ferramentas de automonitoramento, afirma Karpman (2006). Isso é crítico para academia, porque ameaça a manutenção da hegemonia do grupo seletivo e também a manutenção dos jogos de poder que transcorrem na instituição. Muitos analistas transacionais brigam para participar do jogo também. Afinal, é desagradável um jovem, recém-saído da faculdade de psicologia e analista transacional em formação, dizer como resposta à "qual a linha em que você atua?", "AT" e ouvir, de volta "Puxa, isso ainda existe?" ou então "Ah, fala sério, você não gostaria de ser terapeuta de verdade?". É deste contexto de subjetividade e poder que estamos falando. Nada surpreende que os periódicos se sacrifiquem, que os teóricos e terapeutas e consultores e clientes também se sacrifiquem. Fazer parte da hegemonia é tranquilizador, mas, para isso, abre-se mão de muitos elementos de base da epistemologia da AT.

À guisa de conclusão: a AT como ciência da emancipação

O que esperar de uma teoria ou de uma prática, neste cenário? Não é possível esperar A Verdade. Verdades são contingentes, criadas para dar conta de um contexto e dos interesses intrínsecos a ele e sua manutenção. Não devemos nos curvar e esperar o controle e o poder. Propomos a possibilidade de criar uma teoria ou trabalhar com uma sem entendê-la como mecanismo de controle de corpos ou medicalização. Como utilizar o arcabouço teórico com o qual eu trabalho sem necessariamente assumir que ele irá oferecer o modo certo, correto e saudável de viver?

O caminho para isto é não compreender ou esperar que esta teoria seja hegemônica. Ser hegemônico, aqui, significa aderir à lógica de massificar um conhecimento como o correto e ideal de ser assumido por todos, reforçando o poder de quem detém a técnica.

Como nos lembra Ian Stewart (2000) em um artigo sobre o Pequeno Professor, "um bom modelo só poderá ser definido em termos de sua utilidade que, por sua vez, só poderá ser julgada em relação à utilização pretendida deste modelo. Nenhum modelo poderá ser considerado correto ou incorreto" (p.45).

Quando construído um modelo, elegem-se coisas para focar e agir sobre elas, mas é necessário ter a consciência de que deixamos um monte de coisas de fora. E a forma como construímos este modelo vai depender da finalidade de uso dele. É possível explicar a personalidade por dezenas de modelos. Elege-se um deles quando elegemos o que queremos fazer com ele, e não o contrário. A utilidade como critério.

Nota-se, assim, que estimulando a prática – e não o embate pra entrar na academia – a AT avançará enquanto teoria. Serão os terapeutas do dia-a-dia (e não necessariamente pesquisadores do Conselho Nacional de Pesquisa) que proporão novos diagramas, novas conexões, novas intervenções merecedoras ainda de muitos prêmios Eric Berne. São estes que devem ser estimulados a estudar em grupo, apresentar casos em congressos.

Traçar este caminho parece de grande importância aos analistas transacionais, pois permite a apropriação de um conhecimento filosófico-científico básico para que seja possível a crítica e a construção desta teoria hoje. A partir deste conhecimento epistemológico de base, é possível a conscientização das bases que estão por trás do uso cotidiano que é feito desta prática. Este estudo fornecerá a noção dos posicionamentos filosóficos adotados ao defender esta ou aquela teoria, esta ou aquela aplicação da teoria.

Trazendo para o debate as idéias de Santos (2007), sociólogo português que defende uma ciência contra-hegemônica emancipatória, isto seria assumir que uma teoria ou uma prática de conhecimento não precisa ter o título de científica para ser válida, nem ser validada pelo método científico para ser útil. Isso porque os métodos científicos e as práticas de validação estão enviesadas, e não são, ainda que corretamente aplicadas, a única forma de chegarmos ao conhecimento. É possível valorizar o senso comum, o conhecimento intuitivo e cotidiano, e com isso, construir teorias que sejam úteis e permitam ao sujeito a emancipação.

Massey (2007), trazendo o debate da psiquiatria social e AT, lembra que a AT, enquanto teoria compreendida dentro da perspectiva de uma psicologia social, e não estritamente clínica, exige a compreensão de contextos mais amplos, tais como família, sociedade e cultura, porque é inserido neste contexto que um sujeito tem sofrimento e busca ajuda. E, seguindo esta idéia, Steiner (2009) exemplifica que o conceito mais lembrado da AT pelas pessoas em suas viagens e workshops pelo mundo, o conceito "OK-OK", muitas vezes é trazido de forma fútil, simplificada, sem a compreensão da profundidade política e sociológica desta proposição de Eric Berne. O ideal de democracia visto por Steiner nesta proposição – e, poderíamos dizer também, de emancipação – é uma importante chave para enxergar a potência da AT para além dos *settings* e dos consultórios.

Como colocado por Steiner, trazendo ideais políticos democráticos em sua base teórica, a AT por certo se envolve em disputas de poder e, como toda disputa acadêmica também é política, a AT, trazendo ideais políticos democráticos dissonantes com a ordem estabelecida no meio, certamente enfrenta disputas de poder, o que só acontece, a nosso ver, por estar claro o seu potencial emancipatório. Todos os conceitos e práticas em AT partem da idéia de um sujeito originariamente autônomo, de relações colaborativas, de trocas afetivas e de co-construção social que são pervertidas ou até mesmo impedidas pelo sistema social vigente.

Considerando esta implicação política e sociológica que a AT traz, defendemos que, para uma ciência composta de teorias e práticas emancipatórias, devemos ter tradução e diálogo, ao invés de embates pela detenção da verdade. Devemos ter abertura para conversas, ao invés de controle de informação. Ao invés de regulação do sujeito com práticas medicalizantes, a emancipação do mesmo a partir do oferecimento – e não imposição – de ferramentas, deixando claro de onde vêm e pra que servem.

Estas características lembram a Análise Transacional e a hipótese de que ainda que é possível aplicar toda esta discussão macro sobre ciência e epistemologia ao micro, às discussões entre embates de linhas teóricas em práticas clínicas em psicologia, das divergências dentro das próprias linhas, tudo

na preocupação de obter uma chancela do "científico" ou do "mais científico". E onde está o cliente? Onde está o diálogo?

Dialogar. Não comparar, transcrever, validar... Simplesmente compreender processos, pessoas, dinâmicas, contextos, criar ferramentas teórico-metodológicas para lidar com isto dentro do nosso ramo de atuação, que é a prática clínica. Fica o convite aos Analistas Transacionais e aos colegas de demais linhas, que façam o exercício de transpor muros, se abrir às possibilidades, sempre com consciência e conhecimento sobre o contexto científico-filosófico no qual estamos, de onde viemos e para onde caminhamos.

Referências

- ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BONETI, L. W. A produção do conhecimento como fator de inserção social. In: FERREIRA, L. S. e BONETI, L. W. (org.). **Educação e Cidadania**. Ijuí: Unijuí, 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GANGUILEM. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- Gerard Fourez. **A construção das ciências**: São Paulo, EDUNESP, 1995.
- HINE, Jenny. Estruturas cerebrais e Estados de Ego. **Revista Brasileira de Análise Transacional**, ano XIV, n.1, junho de 2004.
- JAPIASSU, H. **Ciência e Destino Humano**. Rio de Janeiro: Imago, 2005
- KARPMAN, Stephen. Lost in translation: neo-bernean or neo-freudian? **Transactional Analysis Journal**, v. 36, n.4, oct 2006.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Edições 34, 1994.
- LATOUR, B. **A esperança de Pandora**. Bauru: Edusc, 2001.
- LÖWY, M. A escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermans. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 32, Março de 1992.

MASSEY, Robert. Reexamining social psychiatry as a foundational framework for transactional analysis: considering a social-psychological perspective.

Transactional Analysis Journal, v. 37, n.1, janeiro 2007.

NOVELLINO, Michele. Psicanálise Transacional: bases epistemológicas. **Revista Brasileira de Análise Transacional**, ano XIV, n.1, junho de 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2007.

STEINER, Claude. **The heart of the matter: Love, information and transactional analysis**. Califórnia: TA Press, 2009.

STUART, Ian. Estados de Ego e a teoria da teoria: o estranho caso do pequeno professor.

Revista Brasileira de Análise Transacional, ano IX, n.1, junho de 2000.

PALAVRAS CHAVES: Política After; Análise Transacional; Mudança de espírito; Qualidade de vida; Princípios Humanistas.

INTRODUÇÃO

Embora o mundo contemporâneo seja repleto de tecnologia e a comunicação cada vez mais célere, vale a pena observar que a troca de estímulos e respostas entre as pessoas, olho no olho, não dispensa sequer que, uma vez negligenciadas, comprometam o resultado final: o entendimento entre as pessoas dentro de um clima de bem-estar em qualquer circunstância, em qualquer nível de comunicação.

As relações interpessoais e o processo de comunicação recíprocos em qualquer ambiente buscam a qualidade, porém, não é raro encontrarmos dificuldades, tornando as mesmas relações interpessoais comprometidas em grau que, modernamente, já ocorre, causando até mesmo o rompimento de relacionamentos ou danos para os envolvidos.